



MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 63 - 2ª Quinzena de janeiro de 1994 - CR\$ 100,00 - Solidário: CR\$ 200,00

Fora com a CPI da CUT!

Fim dos assassinatos nos sindicatos!

Fim do gangsterismo sindical!

Para limpar a CUT e os sindicatos dos métodos mafiosos é preciso varrer a burocracia sindical corrupta!

Que os sindicatos convoquem assembléias para apurar as contas e expulsar os corruptos

Que a CUT convoque um Congresso de base, amplamente convocado nas fábricas, para apurar as denúncias de corrupção na Central Sindical.

A CPI do orçamento também é corrupta. Corruptos não julgam corruptos.

Para julgar de verdade as fraudes e roubos, convoquemos os Tribunais Populares.

O plano FHC2 congelará os salários pela média. Contra o brutal ataque às nossas condições de vida, exijamos da CUT a convocação de uma campanha nacional de luta contra o plano do governo manejado pelo imperialismo.

Todo apoio ao levante dos camponeses de Chiapas contra o governo entreguista e o imperialismo.

Pelo fim da repressão e massacre governamental.

25 de janeiro de 1924

Aniversário da morte de Vladimir Lenin, fundador do 1º Estado Operário

Nasceu em 22 de abril de 1870 em Simbirk e morreu em Gorki (próximo a Moscou) em 25 de janeiro de 1924. Realizou estudos de direito. Em Samara organiza um círculo marxista e a partir de 1893 aparece como dirigente dos marxistas de São Petersburgo. Formou-se lutando contra o populismo e o terrorismo individual. Sua primeira prisão se produziu em 1895. Combateu o economicismo e tipificou a revolução russa como burguesa contra a burguesia, que já se havia deslocado para a contra-revolução. Em 1902 aparece o "Que fazer?", onde se explica os fundamentos

marxistas do partido revolucionário e se desmascara o espontaneísmo. Lutou por colocar em pé um partido de revolucionários profissionais altamente centralizado e regido pelo centralismo democrático. Timoneou a fração bolchevique contra os mencheviques, luta que em 1912 concluiu com a cisão formal. Sustentou polêmicas com Trotsky. Depois da derrota da revolução de 1905 emigrou por muitos anos ao exterior. Em abril de 1917 formulou suas Teses de Abril, que superam a consigna de "ditadura revolucionária democrática de operários e camponeses" e orientaram o partido

rumo à ditadura do proletariado. Sustentou duras disputas na direção partidária próximo à revolução. Juntamente com Trotsky, foi um dos principais líderes da revolução de outubro de 1917. Lutou contra as primeiras manifestações de burocratização no partido e no Estado operário. Foi o primeiro a assinalar o perigo da ditadura de Stalin sobre o partido ("Testamento"). Aplicou o marxismo na época do imperialismo.

Transcrito do *Dicionário Político, Histórico e Cultural*, escrito por Guillermo Lora, Bolívia, 2ª edição, 1986, Ediciones Masas.

A CPI também é corrupta

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) tem explicado que a CPI do Orçamento é incapaz de apurar até as últimas conseqüências a corrupção, envolvendo a maioria dos parlamentares, governadores etc., e defendido a convocação de Tribunais Populares pelos organismos operários (sindicatos, associações de bairro, correntes políticas "revolucionárias", entidades estudantis etc.).

Desde a explosão do escândalo, dissemos que a CPI também é corrupta, basta saber que o relator Roberto Magalhães era advogado de Fiúza, um dos maiores implicados na sujeira e que está sendo acobertado. Todos partidos têm profunda ligação com os grupos econômicos, que são bem mais amplos do que as empreiteiras citadas. Eles são sustentados economicamente pelos capitalistas poderosos, que comandam o Estado.

Na última fase de funcionamento da CPI, três fatos demonstraram como a corrupção abrange todo o Estado bur-

guês e partidos: 1) Descoberta do relatório da Odebrecht, que arrola o nome de centenas de parlamentares como receptores de propinas, entre eles o do relator Roberto Magalhães, Roseana Sarney, Miguel Arraes (presidente do PSB) e outros figurões; 2) Implicação de governadores com a distribuição de verbas do Orçamento da União e desvio de dinheiro, entre eles o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; 3) A comprovação de que cerca de 120 parlamentares tiveram suas emendas ao Orçamento da União incluídas indevidamente depois da votação pelo Congresso, o que demonstra a tremenda fraude.

Um pouco antes destes três acontecimentos, explodiu a denúncia de que o Ministro Fernando Henrique Cardoso havia subavaliado o valor de compra de uma fazenda, para sonegar impostos e que o presidente Itamar Franco havia recebido dinheiro de Collor para as eleições. A denúncia que envolvia o Executivo foi imediatamente abafada.

E o que se passou com os três fatos acima mencionados? Para o relatório da Odebrecht, a CPI adotou como norma convocar para depor apenas aqueles deputados que tivessem na lista um percentual indicado. Isto isentaria o próprio relator Roberto Magalhães, Arraes, Roseana Sarney, a chamada "musa do impeachment de Collor" e a grande maioria listada. Em relação aos governadores, a CPI adotou uma regra diferente de depoimento, tornando especial e sigiloso. Quanto as emendas piratas, se passou uma borracha.

A CPI, ao criar exceções para

certas personalidades, fraudava seus próprios trabalhos. Além dos casos citados, temos o dos senadores Mauro Benevides e Humberto Lucena, que foram autorizados a depor por escrito, de forma que tudo foi arranjado. É preciso destacar que Humberto Lucena, ainda sob investigação fajuta, foi convidado por Itamar para integrar um dos ministérios. Também, em várias ocasiões, o presidente da CPI, Jarbas Passarinho, diga-se de passagem assessor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), manobrou em torno dos depoimentos, antecipando-os sem que a investigação nas contas bancárias tivesse sido realizada, ou adiando-os. Finalmente, se destacou como relator do caso Fiúza o deputado Rollemberg, dado o descarado compromisso de Roberto Magalhães com seu apadrinhado.

Ficou evidente que a CPI esteve sujeita todo o tempo a acordos para seu funcionamento, o que demonstra que não tem o mínimo de independência dos partidos corrompidos até a medula e conseqüentemente do próprio Parlamento. Eis porque os trabalhadores não podem se iludir com a conversa burguesa de moralização do poder do Estado e de fortalecimento da democracia dos opressores. A corrupção não é um problema de alguns parlamentares ou funcionários do governo, mas sim uma forma de existência do próprio poder capitalista. Somente as massas em luta poderão combatê-la e erradicá-la, com a destruição do capitalismo. Os Tribunais Populares é o caminho dessa luta.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Nacional



Acordo PT-Sarney

A denúncia do deputado (PDT) Luiz Salomão de que o PT fez um acordo com o grupo parlamentar do ex-presidente José Sarney para que a CPI da CUT fosse adiada e não se convocasse para deporem na CPI do Orçamento a deputada Roseana Sarney e Miguel Arraes estourou como uma bomba. Imediatamente senador José Sarney enviou uma carta ao Jornal Estado de São Paulo procurando desmentir, o mesmo fizeram os deputados do PT. Em declaração a este mesmo jornal, Salomão explicou o não envolvimento de Roseana: "O sigilo só não foi quebrado porque o PT, com a ajuda do PCdoB, trabalhou contra". Em sua nota, o PT desmentiu: "Não houve qualquer acerto com Sarney ou com qualquer que seja para isentar ou culpar". E continuou explicando que Roseana não foi convocada e não se quebrou o seu sigilo bancário porque a citação de seu nome pelo relatório da Odebrecht não continha a porcentagem. Atribuiu a denúncia de Luiz Salomão ao fato deste estar em disputa eleitoral no Maranhão com a deputada Roseana Sarney. Em relação a Miguel Arraes, a nota explica: "Nenhum membro da CPI, ao longo de todo esse processo, formalizou junto à Mesa e tão pouco foi votado qualquer pedido de quebra de sigilo de Miguel Arraes". E conclui que o PT apoiou a deliberação do presidente da CPI e de seu relator que não deveria quebrar o sigilo de Ar-

raes porque faltavam apenas 4 dias para o encerramento dos trabalhos da CPI e não haveria tempo para uma séria investigação.

O desmentido da nota do PT mais revela do que desmente sua atitude de conivência com o caso Roseana-Arraes. Ainda que não houvesse nenhum acordo com o grupo de Sarney, que pode não ter havido, a atitude de acobertamento da corrupção pelo PT é evidente. O primeiro fato que comprova isso é que o PT concordou com o critério da CPI de convocar somente os deputados que tivessem marcado seus nomes pela porcentagem. Em nenhum momento os petistas saíram em denúncia do critério discriminatório que livrava a cara não só de Miguel Arraes e Roseana como também do relator da CPI, cuja função é a de indicar a culpabilidade dos investigados e a punição. O segundo fato é que era notório o envolvimento de Roseana Sarney e o próprio Arraes. O terceiro, é que o PT não apoiou o segundo relatório em que Luiz Salomão incluiu, segundo a nota do PT, "à revelia", um requerimento de quebra de sigilo da deputada. O quarto, o argumento de que 4 dias era impossível para investigar as contas de Miguel Arraes é uma desculpa esfarrapada. Caberia ao PT, ao contrário, exigir a quebra do sigilo, em não sendo possível terminar a investigação, propor o adiamento da conclusão de seu trabalho. Mas o mais grave é o fato do PT não tomar nenhuma iniciativa, logo no

início da revelação do relatório da Odebrecht, analisado inclusive pelo deputado petista Mercadante, para incluir todos os listados na investigação. Frente a estes dados, pouca importância tem o desmentido de que não houve nenhum acordo com o grupo Sarney. Também estes dados de conivência do PT lança a suspeita da possibilidade de tal acordo.

Para a militância de base do PT, que mantém a seriedade política, e para as massas, trata-se de romper com tal partido e se colocarem pela construção de um verdadeiro partido revolucionário do proletariado. Todo e qualquer partido, por mais radical que seja nas palavras e por mais que controle sindicatos, uma vez comprometido com o eleitoralismo e o parlamentarismo não escapa à corrupção, que não é só econômica mas também política.

Nacional



A crise do quercismo

O ex-governador de São Paulo, Orestes Quéricia, e seus seguidores compareceram à reunião da direção do PMDB para apresentar documentos que comprovassem de onde vem a sua fantástica riqueza acumulada. Quéricia atendeu a um pedido de Pedro Simon, senador do PMDB pelo Rio Grande do Sul e adversário do quercismo.

No final das contas, a reunião não passou de um show mal encenado, que não convenceu sequer Pedro Simon. Quéricia é conhecido por liderar uma máfia estatal, a qual faz parte o governador Fleury, ex-secretário de segurança do governo quercista. Por todo o meio, essa gang tem procurado evitar a investigação das contas do bando e apurar o escândalo de compra de armas de Israel.

A imprensa burguesa tentou e tenta mostrar que no PMDB existem duas bandas: uma podre, lide-

rada por Quéricia e outra ética, liderada por Pedro Simon. Na verdade, não se trata de personalidades, mas sim do PMDB que é um partido das oligarquias regionais, comprometido com os meios mais sórdidos da política burguesa. A corrupção em todos os partidos patronais é parte de sua essência capitalista.

O show de Quéricia tem por finalidade ganhar terreno na luta interna ao PMDB pela direção partidária e pela indicação do candidato à presidência da república. Logo em seguida a este fato, os quercistas procuraram reabrir a discussão sobre o rompimento do PMDB com o governo Itamar, anteriormente colocado por Fleury. Novamente, Quéricia foi derrotado, favorecendo a ala Pedro Simon, que integra o governo de Itamar.

Os rachas e crises constantes do PMDB, partido este comprometido amplamente com o escândalo do Or-

çamento, tendo à testa do esquema de corrupção duas de suas maiores lideranças (Genebaldo e Ibsen Pinheiro), expressam a desagregação da burguesia como classe dominante. Dada a sua incapacidade de resolver os problemas nacionais e sua subserviência frente o imperialismo, a burguesia nacional não pode construir poderosos partidos populares. Seus partidos atuais são constituídos de camarilhas regionais, corrompidas e fisiológicas. É isso que expressa a crise peemedebista.

O que está por trás do assassinato de Cruz

O significado político

O assassinato de Oswaldo Cruz, presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC, expressa a burocratização dos organismos sindicais e a corrupção de suas direções. Expressa também a crise política mais geral do país. A burguesia e a fração sindical opositora da CUT dirigida por Medeiros (Força Sindical) deram uma importância extraordinária ao acontecimento, que via de regra não ocorre, como se constata nos três assassinatos de militantes sindicais, no ano de 1993, ligados ao sindicato dos condutores de São Paulo.

Tem-se desenvolvido uma ampla campanha de incriminação do PT e dos dirigentes da CUT como responsáveis da morte de Cruz. O parlamentar Espiridião Amin (malufista) e Medeiros encabeçam as acusações, afirmando que Cruz foi assassinado para que não contasse na CPI da CUT o desvio de dinheiro do sindicato para a campanha eleitoral do PT. O governador Fleury, que vem sendo acusado pelo PT quanto à corrupção na época do governo Quéricia, tirou o caso do âmbito municipal e o colocou em nível estadual. Destacou para o caso o delegado Nelson Guimarães, que se notabilizou no episódio do seqüestro do empresário Abílio Diniz, em plena eleição presidencial de 1989, vinculando falsamente o PT com os seqüestradores. Fato este que pesou eleitoralmente contra Lula nas pre-

sidenciais. Agora se pretende fazer o mesmo.

A morte de Cruz foi consequência da disputa pelo controle da direção do sindicato pelas duas frações corrompidas da burocracia sindical ligadas à CUT e ao PT. Entretanto, transbordou os marcos do sindicalismo mafioso e ganhou projeção na luta eleitoral pelo poder do Estado. Ao mesmo tempo se ligou aos conflitos em torno da CPI do Orçamento, do caso Pau-Brasil de corrupção malufista e do caso Israel de corrupção Quéricia/Fleury. A ala da burguesia acusada pelos petistas revida com o caso Cruz, procurando com isso bloquear as apurações, já limitadas, e abafar os escândalos. O fato do PT e da burocracia cutista serem responsáveis pelo gangsterismo sindical e pela corrupção nestes organismos facilita os ataques da burguesia.

A luta burocrática

Oswaldo Cruz estava rompido com o PT e a CUT, caminhava para o ingresso na Força Sindical. Internacionalmente, se vinculou à UIS Transportes (Trade Union International Transport Workers), que punha nas mãos de Cruz 3 mil dólares por mês. A ala da diretoria liderada pelo secretário geral Cícero Bezerra da Silva se contrapunha ao vínculo com a UIS, por ser rival da CIOSL social-democrata, à qual a CUT é subordinada.

Por outro lado, havia um acordo contraído nas eleições sindicais de que, depois de eleito presidente do sindicato, Cruz renunciaria a favor de Cícero. A quebra do acordo foi um dos fatores da cisão entre as duas alas.

A marginalização de Oswaldo, que ficou em minoria, o colocou nos braços da Força Sindical. A penetração da influência de Medeiros num dos sindicatos importantes da CUT acirrou o choque de camarilha. No fundo, o assassinato do burocrata Cruz, conhecido por manejar os métodos gangsteris contra os opositores, foi um reflexo do confronto da CUT e da Força Sindical, que passou a manipular Oswaldo Cruz.

Por trás da disputa pelo controle da presidência do sindicato está a corrupção econômica, os privilégios e o carreirismo. Essa burocracia fascínora, representada tanto por Cruz quanto por Cícero, nada tem a ver com os trabalhadores e ser-

ve de instrumento de neutralização do sindicatos na luta de classes. Tal neutralização joga a favor do patronato, do governo e do Estado.

A utilização de assassinatos, repressão gangsteril, ameaças e manobras sujas se contrapõem aos métodos de organização e luta política do proletariado. Estão em contradição com os meios coletivos da democracia operária (soberania da assembléia geral) para resolver os conflitos e constituem na penetração dos métodos reacionários da burguesia no interior do sindicato. Oswaldo Cruz foi vítima dos próprios meios por ele utilizados.

O assassinato de Cruz e a CPI da CUT.

Por iniciativa do malufista Espiridião Amin, se constituiu uma CPI da CUT, que objetiva apurar a utilização do dinheiro sindical para as atividades partidárias do PT. Esta CPI nasceu no bojo dos escândalos de corrupção nos Executivos e Legislativos (estaduais e federais).

Agora, frente ao crime cometido no sindicato dos condutores do ABC, os adversários do PT recrudesceram a ofensiva para que o Estado burguês intervenha e investigue a CUT. Não há dúvida de que a burocracia sindical cutista abastece de dinheiro e outros meios materiais os candidatos petistas, assim como todos os partidos burgueses recebem milhões e milhões dos empresários, associações (FIESP, CNTI etc.) e mesmo de sindicatos.

Quem não sabe que o sindicato metalúrgico de São Paulo é utilizado para as campanhas eleitorais da burguesia? O próprio Medeiros já lançou sua candidatura para o senado em 1994, através do partido PP de Álvaro Dias. Toda essa canalhada desvia fundos do sindicato para o eleitoralismo e carreirismo político.

Tal corrupção fortalece justamente o Estado burguês e os instrumentos políticos (partidos) do patronato. Nem de longe está em jogo a lisura e a honradez na investigação da CPI sobre a CUT. O que sim se pretende é se utilizar dos organismos sindicais para a guerra entre os corruptos. À primeira vista poderia parecer ser uma boa coisa uma CPI da CUT, que desmascarasse a burocracia apodrecida da Arti-



culação petista (corrente majoritária na direção da CUT).

Entretanto, não serão os exploradores e opressores dos trabalhadores que limparão os sindicatos. Além de não ser do seu interesse a existência de um sindicato dirigido por homens honestos, porque isto quer dizer agir revolucionariamente no interior do movimento operário, para dirigi-lo contra a burguesia, os partidos e políticos do parlamento são parte da rede de corrupção, que expressa o apodrecimento da sociedade capitalista.

Defendemos que os próprios trabalhadores investiguem e expulsem os burocratas vendidos. Denunciamos a utilização do assassinato de Cruz, pelos políticos burgueses e pelo sem-vergonha de Medeiros, a favor da CPI patronal contra a CUT.

A luta eleitoral.

É descarada a manipulação do assassinato de Cruz em função dos altos índices de aceitação eleitoral de Lula pelas massas (30%). Os partidos burgueses estão desesperados com a possibilidade de vitória do PT. Embora o PT esteja integrado no capitalismo e já faça parte dos interesses dos exploradores, não deixa de criar temores nos demais partidos e nas frações oligárquicas, que dominam o aparelho do Estado.

O imperialismo e o grande capital nacional se sentem mais seguros com os demais partidos, mesmo sabendo que o PT não tem nada de revolucionário e está disposto a se coligar com o PSDB etc.. O problema é que o PT não nasceu diretamente do seio da classe capitalista. É um partido que inaugurou como possibilidade de um partido operário independente, se transformou em um partido pequeno-burguês burocrático democratizante e rapidamente se corrompeu no parlamentarismo.

Uma vasta camada dos oprimidos se dirige ao PT devido a extraordinária desmoralização do conjunto dos partidos genuinamente capitalistas e para se contrapor a situação de miséria. O que a burguesia teme é que o PT, uma vez no poder, não consiga mais cumprir o papel de compressor da luta de classes. A crise econômica e política evolui aceleradamente para grandes conflitos sociais.

A tentativa de desmoralizar o PT perante as massas, vinculando-o ao assassinato de Cruz, é a maneira desesperada de um setor burguês se contrapor a ascensão de Lula a

Presidência da República. O manejo de meios tão sórdidos, com a conivência generalizada dos partidos, governos e imprensa, demonstra o quanto a burguesia brasileira está apodrecida. Ao mesmo tempo, expõe mais abertamente o compromisso do PT com o Estado burguês e seus vínculos com os métodos políticos estranhos ao proletariado.

O PT é incapaz de responder aos ataques.

A burguesia sabe das fraquezas do PT, porque este partido já pertence à família dos exploradores. O que quer dizer: 1) O PT de fato se vale dos sindicatos e do dinheiro externo da CIOSL para politicagem; 2) Apóia-se inteiramente nos meios e métodos parlamentares para travar a luta política contra uma ala da burguesia; 3) Burocratizou a CUT e os sindicatos a favor da democracia capitalista e da exploração do trabalho; 4) Não é capaz de chamar a luta direta das massas para se contrapor aos ataques de Espiridião Amim, Medeiros etc.; 5) Responde a eles com processos judiciais, como se o judiciário não fosse burguês e não estivesse comprometido com a corrupção até o pescoço. Nestes confrontos pelo poder do Estado, verificamos o apodrecimento do PT. Um partido que nasce vinculado aos sindicatos e que se adapta profundamente ao parlamentarismo necessariamente está obrigado a corromper cada vez mais os organismos da classe operária, em função dos compromissos com o Estado e com os partidos patronais. Nisto reside a impotência do PT contra os malevolentes ataques dos direitistas.

A resposta operária.

O caso Cruz, como tanto outros, mostra que é preciso varrer a burocracia corrompida dos sindicatos, para que estes possam servir de instrumentos dos explorados na luta de classes. A resposta à utilização dos bens materiais do sindicato pelo PT deve ser dada pelos próprios trabalhadores e não pela burguesia.

Trata-se de lutar pela convocação de assembleias em todos os sindicatos e por um verdadeiro Congresso de base da CUT para se apurar todas as contas e a conduta moral dos dirigentes sindicais. Frente à corrupção, cabe as assembleias destituírem e expulsarem os

vendilhões. Porém, é preciso que os trabalhadores se conscientizem do problema central. Ou seja, que não se trata de um simples problema de desvio de personalidade dos dirigentes, mas sim do resultado da penetração da política patronal no interior dos sindicatos.

Tais sindicalistas apodrecidos são correia de transmissão dos interesses capitalistas. Para isso, contam com o aval dos exploradores para corromper os sindicatos. Um dos pontos programáticos da luta operária é a de rechaçar o eleitoralismo. Enquanto a política democrática burguesa estiver encastelada na CUT e nos sindicatos a corrupção continuará existindo.

O sindicato sob esta política não pode ter independência frente ao Estado e a rede mafiosa construída no seu interior. É preciso entender que somente com a construção do partido revolucionário, que tem por estratégia a revolução e a ditadura proletária e por tática a ação direta de massas, os sindicatos poderão ser emancipados da burguesia e da burocracia que a representa.

Fora a intervenção dos partidos burgueses na CUT e nos sindicatos!

Nada de CPI da CUT!

Pela convocação das assembleias e de um Congresso verdadeiramente de base da CUT!

Que os trabalhadores apurem os crimes cometidos pela burocracia e a enxote do sindicato dos condutores!

Fora o eleitoralismo petista e a manipulação da CUT!

Viva a CUT e os sindicatos classistas e revolucionários!

Nacional



O avanço da crise econômica

Os reajustes de preços nas últimas semanas, principalmente na cesta básica e nos farmacêuticos, elevaram o índice de inflação à casa dos 40% ao mês. A Taxa Referencial (TR), usada para fixar a correção das cadernetas de poupança e prestações

do comércio, já passa dos 50% mensais. Enquanto isso, o dólar é vendido para ser aplicado na poupança e não consegue acompanhar a inflação real. O mesmo ocorre com o IGPM, que os bancos já descartaram como índice, mas que ainda corrige os salários e os aluguéis. Não se trata apenas de um efeito causado pelo final de ano, quando ocorreu crescimento das vendas por causa das festas e do 13º salário. Existe uma relação da atual situação com a divulgação do plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso (plano FHC2).

Os aumentos de preços começaram a se multiplicar após o anúncio do plano no início de dezembro. Como um dos pontos principais do plano é a criação de uma Unidade de Referência de Valor (URV), que serviria como índice de correção geral na economia, os empresários trataram de se prevenir aumentando os preços acima da inflação. Com os aumentos preventivos, a fixação dos preços em URVs será feita com base em preços superestimados, o que anulará quaisquer possibilidades de perda com um possível cálculo pela média ou por uma taxa da URV inferior à inflação passada. Assim, enquanto os salários terão valores calculados pela média dos valores corroídos pela inflação mensal elevada, pela política salarial de arrocho e pela correção desvalorizada de uma inflação que perde de 10 a 15% ao mês para aplicações ou para a TR, os preços se manterão elevados por índices superiores à

inflação, aplicados desde dezembro, o que também acabará aumentando o valor da média que servirá de base para a conversão em URV.

O índice a servir de âncora na economia será estabelecido com base no dólar. Manter o crescimento do dólar no nível ou abaixo da inflação é condição para que a URV seja aplicada como inibidor do crescimento da inflação. A URV ainda não foi aplicada porque não seria aceita pelos capitalistas agora. Só virá de fato após os três meses de grande elevação de preços (dezembro, janeiro e fevereiro). Enquanto isso, o governo utiliza-se da desvalorização do atualmente principal indexador da economia, o dólar, através da elevação da TR. Mas isso tem um custo, que o governo não poderá arcar por muito tempo.

As possibilidades do Plano FHC2

O plano do governo tem como base fundamental a eliminação do déficit público. Para isso, conta com um orçamento que prevê, através de corte de gastos e de aumentos de impostos, o equilíbrio perfeito entre o que vai entrar e o que vai sair dos cofres públicos. A volta da cobrança do IPMF, que trará bastante dinheiro ao governo, permitiu que se chegasse a um acordo com as oligarquias regionais para uma redução de 15% para 7,5% do repasse de impostos aos Estados e municípios. E o aumento dos impostos diretos completa a sangria nos bolsos da população. Com o aval do FMI, que viu contemplada sua exigência de pagamentos em relação aos encargos da dívida externa, fechou-se uma proposta orçamentária.

Mas a segunda parte do plano, a aplicação de um indexador, tem riscos que podem comprometer inclusive a primeira parte do plano. O primeiro problema é como reverter a expectativa de crescimento da inflação. O aumento de impostos será traduzido em aumento de preços. As altas taxas de juros (inclusive a alta na TR) induzem o mercado financeiro a concluir que o próprio governo prevê uma inflação crescente. Os aumentos preventivos de preços estarão incorporados em URVs, crescendo a partir daí diariamente.

A fixação de impostos e tarifas em URVs pode levar à desvalorização da arrecadação do governo, se a diferença entre a URV e a inflação real for grande. E isso comprometerá o orçamento aprovado.

O valor do dólar tem sido contido artificialmente pelo governo. Até quando haverá recursos para bancar taxas de juros altas ou até quando haverá reservas cambiais nos cofres do governo suficientes para bancar esse artifício e ao mesmo tempo manter os compromissos decorrentes do

comércio exterior? É bom lembrar que, na atual situação, o superávit da balança comercial exterior está caindo, e portanto menos dólares estão entrando. Com reservas cambiais baixas, como será controlado o valor do dólar e, conseqüentemente, da URV?

Dificuldades políticas

Ao anunciar o plano, o ministro da economia solicitou aos empresários da indústria e do comércio que não remarcassem excessivamente os preços, já que a estabilidade da inflação em 35% era uma condição que poderia favorecer o plano e que um salto inflacionário poderia comprometê-lo. Mas ninguém respeitou a colocação do ministro: a remarcação generalizada foi o que se seguiu.

A desagregação econômica leva à maior divisão entre as frações da burguesia. Setores da burguesia passam a desobedecer seu próprio governo. As maiores dificuldades na aprovação do plano estão justamente nas negociações entre as frações burguesas que são parasitas do orçamento federal.

De um lado, os empresários dizem que não deixarão de reajustar preços enquanto o governo não zerar o orçamento. De outro, as oligarquias regionais afirmam que não abrirão mão dos recursos federais e que os empresários estão reajustando preços acima da inflação e os bancos estão lucrando bilhões com a inflação de mais de 1,5% ao dia. Mesmo com o peso maior da crise sendo descarregado sobre os assalariados, através de aumento de impostos e redução de salários, a burguesia não consegue se alinhar numa perspectiva única para enfrentar a crise. A crise do regime político, causada pela crise capitalista, vai tornando-se ela própria um agravador da crise econômica.

Enfrentar a ofensiva capitalista

O plano FHC2 aponta claramente para redução de salários, aumentos de impostos, cortes nos serviços públicos (saúde, educação, previdência). Para os assalariados não há outra alternativa senão a luta de massa e defesa das condições de vida: a luta pelo salário mínimo real corrigido diariamente (escala móvel de salário), pelo fim do desemprego, contra os aumentos de impostos e em defesa dos serviços públicos. Essa mobilização de massa coloca-se em contraposição à perspectiva da burguesia e do imperialismo, por isso assume um caráter de luta política, de classe, e aponta para a tomada do poder através da revolução proletária.



PT faz acordo com PSDB para votar plano e adiar revisão

"O PT e o PSDB decidiram aliar-se na iniciativa de suspender a revisão constitucional para priorizar a votação do ajuste fiscal proposto no plano econômico do ministro da Fazenda" (O Estado de S. Paulo, 21/12/93, p. A8) O encontro dos presidentes do PT e PSDB serviu para fechar um acordo perante o qual o PSDB se comprometeria a apoiar o adiamento da revisão para depois da CPI do Orçamento e o PT daria seu apoio à votação do ajuste fiscal proposto no plano FHC2. O PT concluiu uma trajetória que teve início na disputa entre a direção e a bancada sobre a participação ou não na revisão constitucional com um acordo com o PSDB que a viabiliza.

Quando se iniciaram os debates sobre a revisão constitucional, o PT se colocou contra a mesma. Primeiro utilizou-se dos recursos regimentais do Congresso para tentar impedir sua instalação. O resultado foi nulo: a assembléia revisora foi instalada (mesmo com todas as irregularidades regimentais cometi-

das pelo presidente da Câmara).

Depois, abriu-se uma disputa entre os parlamentares do PT, que insistiam na participação da revisão com projetos a serem colocados "em disputa" no congresso, e a direção, que insistia na não participação e pela obstrução regimental dos trabalhos. A direção acabou ganhando a disputa no aparelho do partido, mas parlamentares como José Genoíno apresentaram centenas de emendas através de outros partidos, fraudando assim descaradamente a resolução da direção.

Em nenhum momento o PT se colocou por chamar a luta de massa contra a manobra entreguista e antipopular da revisão constitucional. Sempre limitou-se às ações institucionais no âmbito do parlamento, ou no máximo, aos comícios de caráter eleitoral.

Agora vemos que o PT nunca fez uma oposição de princípios à revisão constitucional, mas, dando como certa a vitória da direita, pretendeu adiá-la o máximo possível, para que as eleições presidenciais

possam influenciá-la decisivamente.

O método eleitoral levou o PT a ir além de uma posição impotente, que era a de se limitar à ação parlamentar, para a posição traidora de viabilizar a revisão constitucional e, mais imediatamente, o plano FHC2 num de seus aspectos mais antipopulares: o aumento de impostos.

O enfrentamento da manobra da revisão constitucional só pode se dar com a mobilização nacional contra o aumento da opressão nacional e social, ou seja com um movimento anti-imperialista e anticapitalista.

PT propõe quadruplicar verbas para os militares

O PT apresentou a proposta de elevar de 0,5% para 2% do PIB o orçamento destinado às Forças Armadas, caso Lula seja eleito presidente em 94. Imediatamente, generais do exército declararam seu apoio à proposta e manifestaram que tratava-se de uma necessidade bem observada pelo PT.

Esse método tem sido utilizado também em outros casos: quando da descoberta dos documentos da Odebrecht que incriminavam mais de cem parlamentares, além de ministros, governadores e até Itamar, o deputado petista Aloísio Mercadante foi correndo pedir apoio aos militares para continuar as investigações.

Qual o objetivo do PT quando propõe tamanho privilégio aos militares? Trata-se de uma iniciativa que visa trazer apoio das casernas à candidatura Lula e,

mais ainda, facilitar um possível futuro relacionamento entre o governo do PT e os militares, uma espécie de vacina antigolpe. Mas essas condutas podem significar mais: as Forças Armadas são o braço repressivo do Estado burguês contra as massas exploradas. O PT pode estar preparando-se para, elevado ao controle do aparelho estatal, diante de uma crise econômica, social e política crescente, utilizar-se da repressão aberta contra as massas, como qualquer outro governo burguês faz, como o próprio PT já fez quando esteve à frente de prefeituras, como em Diadema e São Paulo, contra os motoristas e os sem-teto.

O programa do PT em relação aos militares, para chegar ao poder e mantê-lo, é o da corrupção política e econômica.

O proletariado precisa trabalhar para anular a vantagem re-

pressiva da burguesia se quiser tomar o poder. Mas isso só pode ser feito com a luta para ganhar setores das Forças Armadas para as posições revolucionárias. Se isso ocorre, quando se aproximar um momento de confronto decisivo, o contingente repressivo estará dividido entre as posições das classes antagônicas da sociedade e estará aberto o caminho para a tomada do poder pelo proletariado em aliança com os outros setores oprimidos da sociedade.

Nacional



Movimento Operário

Em defesa dos Tribunais Populares

A última reunião da Frente Revolucionária, 12/janeiro, analisou que a profunda crise política do país com a ampliação dos escândalos de corrupção e a impotência da CPI. Fez uma crítica ao PT, que vem alimentando a ilusão nas possibilidades da CPI e o Congresso eliminar a corrupção. Esta política do reformismo objetiva fortalecer a democracia burguesa, que não é nada mais do que o exercício da ditadura de classe dos capitalistas sobre os explorados. O cálculo dos reformistas é de que a máscara da honestidade e da ética renderá muitos votos na campanha presidencial. Com isso, fortalece o poder dos exploradores. Não é por acaso que a CUT se mostra submissa e adaptada à política econômica do governo Itamar que sacrifica mais ainda a vida dos assalariados.

A Frente Revolucionária rejeita a demagogia reformista e se coloca pela defesa das reivindicações dos trabalhadores e pela convocação dos Tribunais Populares, contrapostos à farsa da CPI. A Frente cha-

ma toda militância classista a se incorporar na campanha pelos Tribunais Populares.

Curso de Formação Política.

A Frente decidiu iniciar um curso de formação política no mês de fevereiro. A primeira reunião será no dia 6/2. O curso se dará sobre as Teses Programáticas dos 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista. A importância destes documentos são fundamentais para a assimilação do marxismo. Eles concentram toda a experiência do desenvolvimento histórico da Revolução Socialista e condensam as conquistas da Revolução Russa. O 5 Congresso da Internacional já se deu sob o domínio do estalinismo, que fez uma profunda revisão do leninismo, desembocando na negação do Internacionalismo Proletário.

No momento em que a burocracia estalinista arrebenta-se em crises e que lança-se abertamente a favor da restauração capitalista e no momento em que o próprio capitalismo se esfacela mundialmente pela crise de superprodução, o problema da formação do partido operário revolucionário se torna premente. Para isso, é preciso desenvolver as idéias programáticas, cuja essência se encontra nos 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista.

O objetivo de correntes de origens distintas de discutir e assimilar as idéias programáticas do marxismo-leninismo-trotsquismo é de clarear as dificuldades de construção do partido e as razões pelas quais tais agrupamentos se

encontram separados. Além disso, procura formar os novos militantes que vêm se desgarrando do reformismo petista, cuja evolução depende da compreensão marxista da luta de classes.

O curso constará dos textos dos 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista, será feito uma exposição inicial e em seguida o debate. A primeira discussão constará de uma exposição histórica das 4 Internacionais e servirá de base para o posterior estudo dos documentos em questão. Participe do curso, inscrevendo-se com os militantes da Frente Revolucionária.

Atividades da Frente.

- 1) Campanha pelos Tribunais Populares (panfletos, cartazes);
- 2) Apoio aos trabalhadores do hospital Humberto Primo I;
- 3) Apoio à campanha pela libertação dos sem-teto da Zona leste, presos arbitrariamente;
- 4) Curso de Formação Política.

Denúncia

Os militantes da Frente Revolucionária sofreram repressão da polícia ao pixarem os muros de Fortaleza com a bandeira dos Tribunais Populares. Alguns militantes foram presos e soltos no dia seguinte.

A burguesia tem total liberdade para roubar os cofres públicos, matar de fome os trabalhadores, mentir descaradamente na TV, jornais, rádios, etc. E sua polícia serve para coibir a liberdade da vanguarda revolucionária de propagandear as reivindicações dos oprimidos.

Abaixo a repressão à militância!

Pela libertação dos sem-terra

A polícia, comandada pelo delegado "Dr. Mendonça" sem ordem judicial, invadiu a sede do Movimento dos Sem-Terra e prendeu 10 líderes, numa operação militar tipicamente terrorista.

O boletim do Movimento dos Sem-Terra da Região Leste da Grande São Paulo explica que as prisões se devem ao fato das lideranças estarem denunciando "a safadezas dos nobres vereadores que vão às cidades turísticas passear com o dinheiro do povo, as humilhações e exploração contra o funcionalismo público municipal, as falcatruas e desmandos da

administração Bill etc."

Chamamos a CUT, sindicatos, movimentos populares e correntes políticas a se mobilizarem pela libertação dos sem-terra e pelo cumprimento de suas reivindicações. Estas prisões mais uma vez comprovam a necessidade de reestruturar o Comitê contra a opressão social e política, que funcionou contra as prisões políticas da Vila Socialista e outros ataques da burguesia.

Pela libertação dos presos políticos!

Pela reorganização do Comitê contra a opressão social e política!



Campanha contra a fome?

A iniciativa de Betinho, com o patrocínio de empresários, Centrais sindicais, partidos burgueses e governo, de combater a fome no Brasil distribuiu em São Paulo 17 mil cestas básicas e no Rio 15 mil, na ocasião do Natal. Segundo os organizadores destas cestas os alimentos dão para 10 dias. O depoimento do pedreiro desempregado Valmir de que será obrigado, após uma semana, a novamente conviver com miséria serve para mostrar a demagogia de tal campanha. A própria coordenadora de tal campanha em São Paulo, Maria Madalena, disse que tiveram que fazer uma seleção entre os miseráveis e, mesmo assim, só atendeu a pouco mais de 10%.

Como se vê, num país de 32 milhões de indigentes. Com mais de 15 milhões de desempregados e um salário mínimo de fome, pois está em torno de 60 dólares, a miséria assumiu uma grande maioria das famílias brasileiras. Os produtos necessários para alimentar durante um mês uma família com 4 pessoas subiu, no ano de 1993, 2.540%, o que mostra que o custo da cesta básica dobrou. O salário mínimo ficou abaixo da inflação, ou seja, subiu 2432% para uma inflação de 2567%. Isso significa que faltou ainda mais comida na mesa do trabalhador. A campanha de solidariedade de Betinho não mexeu em nada nessa situação. Ao contrário, serviu unicamente para ludibriar uma parcela dos trabalhadores e, acima de tudo, desviar a atenção da raiz do problema social.

Não é por acaso que conta com o apoio dos empresários, dos partidos corruptos e dos governos (estadual e federal). A burguesia sempre se solidariza com as campanhas inócuas, ou seja, aquelas que não atingem o seu interesse de classe.

Desde que não reivindique o salário mínimo real, os reajustes automáticos, emprego, moradia e saúde a todos e não utilize os métodos próprios da classe operária para conquistá-los e possível contar com a solidariedade dos exploradores. O mais grave é que a burguesia se utiliza da campanha para amenizar o grau de exploração que vem impondo a maioria dos trabalhadores. Para isso utiliza dos meios de comunicação para mostrar a sua solidariedade aos seus escravos assalariados. Aproveita das festas natalinas para demonstrar ao conjunto dos explorados o seu sentimento de caridade aos pobres, oferecendo alguns quilos de comida para uma parcela seleta de famintos. Ao mesmo tempo, fecha as portas das fábricas, dos bancos, expulsa os sem-terra e sem teto, ampliando o desemprego e a miséria em todo o país.

O sociólogo Betinho, que no passado dirigiu a Ação Popular (AP) e foi exilado na época da ditadura militar, hoje se tornou um apêndice de governo corrupto. A campanha vem acompanhada do fato de Betinho ser um aidético, o que sensibiliza uma parcela da população. Na verdade, todos se aproveitam: Betinho, Igreja, os donos do capital, governo, partidos burgueses, etc. Isto porque ludibriam os famintos, pois todos estão juntos na defesa da propriedade privada dos meios de produção, fonte geradora da pobreza. Todos defendem a manutenção do sistema capitalista de exploração do trabalho. Todos sustentam a política neoliberal do governo, que tem provocado mais desemprego, arrocho salarial e aumento no custo de vida.

O mais grave de tudo é que as direções do PT e da CUT se apóiam nessa campanha demagógica. Ao invés de organizar a luta contra o

salário mínimo de fome, contra o desemprego e o brutal arrocho salarial vêm amordaçando a classe operária e contribuindo para que o governo imponha os planos econômicos neoliberais, que certamente trarão ainda mais miséria para o conjunto dos oprimidos. A burocracia sindical ao sustentar a Campanha contra a fome, com os métodos da burguesia (assistencialismo, esmolas, etc) e não a luta direta contra o capital acaba colaborando para a superexploração do trabalho.

A Tendência pelo Partido Operário (POR) se coloca radicalmente contra a Campanha de Betinho e toda a farsa armada pelo patronato e reivindica o rompimento da CUT e dos sindicatos com essa política traidora. Ao mesmo tempo propõe que os sindicatos e a CUT convoquem as assembleias na perspectiva da construção de um amplo movimento nacional em defesa das reivindicações dos trabalhadores: salário mínimo real, escala móvel de reajustes, estabilidade, emprego a todos, moradia, saúde e terra aos camponeses pobres.

Denúncia



Cesta básica do governo no Nordeste ajuda a Fome

Próximo à casa do deputado Ricardo Flúza, que está sendo investigado por corrupção na CPI do orçamento, o governo tem distribuído cestas básicas e mantém frentes de trabalho.

As cestas básicas são compostas de arroz de casca (o popular "marinheiro") e milho bichado, com metade dos grãos já comidos por pragas.

Os alimentos são distribuídos sob escolta de tropas do exército armadas para evitar que as

populações famintas avancem sobre os alimentos.

As frentes de trabalho, que muitas vezes fazem serviços inúteis, como ficar transportando terra de um lugar para outro e vice-versa, estão com pagamentos atrasados em até 3 meses. E o pior é o valor do "pagamento": sete mil, cento e vinte e cinco cruzeiros reais.

Essa é a campanha contra a fome do governo Itamar.

Militantes rompem com o PCdoB

Um grupo de militantes do interior do estado de São Paulo rompeu com o PCdoB por considerá-lo um partido eleitoreiro e integrado ao Estado burguês. Em uma carta dirigida ao diretório regional de São Paulo do PCdoB se diz: "No dia 7 de Janeiro de 1994,

resolvemos através de votação (decisão unânime) que não poderíamos permanecer nas fileiras do PCdoB, por chegávamos à conclusão que tínhamos concepção de partido diferente das que estávamos habitualmente a praticar".

Embora a carta não tenha um claro tom de auto-crítica, necessária em relação do estalinismo, indica a evolução nesse sentido dos companheiros. A carta arrola uma série de crítica de cunho programático e isto é muito importante para configurar um rompimento marxista. Acu-

sa o PCdoB de só formalmente defender a estratégia da ditadura do proletariado e rechaça a cara tática do estalinismo da frente popular, que responde ao conteúdo programático de conciliação de classe com o chamado setor progressista da burguesia. Demonstra que a política burguesa do PCdoB chegou ao ponto de levar a militância a apoiar nas eleições Quércia-Fleury. Estes canhas foram caracterizados como progressistas. Juntamente a esta crítica, os companheiros assinalam o reacionarismo da concepção estalinista da revolução por etapas.

É fundamental o reconhecimento do caráter contra-revolucionário do estalinismo. Explicam a capitulação de Stalin frente a chamada fração democrática do imperialismo, que conduziu à destruição da III Internacional. Rechaçam a política de convivência pacífica com o imperialismo e denunciam a liquidação do programa dos 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista por Stalin. Em uma passagem significativa de sua carta dizem: "Os acontecimentos comprovaram que a teoria do Socialismo num só país, da convivência

pacífica e a tática de frente de conciliação de classe (frente popular) eram políticas diametralmente contrárias à orientação revolucionária de Trotsky, e é nesse ponto que o partido não consegue avançar".

A carta de forma alguma omite o caráter totalitário e sanguinário de Stalin a serviço dos interesses opostos à Revolução de Outubro. Dizem: "As perseguições, banimentos, extermínio de milhares de bolcheviques fizeram de Stalin e de sua política uma força reacionária, responsável por inúmeras derrotas estratégicas do proletariado mundial". A carta conclui dizendo que "a destruição do programa do internacionalismo proletário conduziu à transformação da ditadura revolucionária do proletariado em ditadura burocrática restauracionista".

O rompimento com as correntes estalinistas e com o reformismo é necessário para que a militância revolucionária e honesta venha a potenciar a construção do partido operário revolucionário, parte integrante do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, da IV Internacional.

Nacional

Pela reabertura imediata do hospital

Abaixo a privatização do Humberto Primo I!

Em defesa da estatização do sistema de saúde!

O Hospital Humberto Primo I é uma Fundação, gerenciada por um conselho Curador. Este é formado por representantes do governo, colônia italiana e por representantes eleitos dos funcionários. O conselho curador elege o superintendente geral para administrar a Fundação. Os superintendentes sempre foram indicados pelo governo, com o aval do conselho curador.

Este hospital era o antigo hospital Matarazzo, que passou para a Fundação. O governo sucateou ao máximo, deixando na penúria e, agora, quer novamente passá-lo para a iniciativa privada. Para isso, aproveita-se dessa situação de penúria e impõe a interdição pela vigilância sanitária.

Os funcionários do hospital, que estavam com os salários atrasados até outubro de 93, tiveram seus salários cortados. Contra a interdição e o não pagamento dos salários, foi organizado um acampamento e uma ocupação de alguns apartamentos no dia 6 de janeiro.

A luta dos trabalhadores do hospital Humberto Primo I se encontra extremamente isolada. É necessário romper o bloqueio do isolamento para que o movimento obtenha vitórias e o hospital nova-

mente volte a funcionar. Foi marcado um ato de pressão aos deputados, na Assembléia Legislativa. O caminho da vitória depende da mobilização direta e da unidade com outros setores. Para isso, é fundamental que a CUT saia da paralisia e organize o conjunto dos explorados em defesa da estatização de todo o sistema de saúde.

A luta dos trabalhadores do Humberto Primo é a mesma dos inúmeros hospitais públicos e postos de saúde que vem sendo sucateados pelo governo. Fleury encarna a política neoliberal, por isso vem destruindo a saúde e educação pública, com o objetivo de privatizá-las. Nesse sentido, a defesa do hospital Humberto Primo é parte da luta contra a privatização do sistema de saúde. O método da ação direta, como a greve que ocorre nesse hospital e as grandes ações de rua devem ser o caminho da luta contra o governo entreguista.

Em defesa das reivindicações dos funcionários do Humberto Primo I!

Abaixo a privatização do sistema de saúde!

Que a CUT encabece o movimento dos trabalhadores em defesa dos serviços públicos!



Adquira os materiais do POR:

Revista do Comitê de Enlace pela Reconst. da IV Intern. (em espanhol) . . .	3 dólares
Crítica programática ao PSTU	CR\$ 300,00
A Revolução Agrária no Brasil	CR\$ 200,00
Balanço da Greve de 79 dias dos professores.	CR\$ 150,00

Têxteis-SP: Sair do imobilismo

Desde o ano passado, os patrões têxteis vêm desenvolvendo um plano para conseguir mais lucros, aproveitando da crise que atravessa o país.

Alegando diminuição da produção começaram um processo de demissão massiva. Nas fábricas maiores isso foi acompanhado da modernização de máquinas.

O que vemos hoje é que apesar da produção ter tido uma sensível melhora esta não foi acompanhada da contratação de pessoas demitido. O que ocorreu foi o aumento do ritmo de produção e de horas-extras. É bom lembrar que muitas empresas estão

cortando vários benefícios (convênio médico, o leite nas seções insalubres, etc).

Enquanto tudo isso acontece, os come-dorme, que se apropriam da direção do sindicato, fazem de conta que tudo está numa boa, organizam seus campeonatos de futebol e suas excursões.

É contra esse imobilismo que temos que lutar. Chega de demissões e de hora-extra. Queremos salário digno e melhores condições de trabalho. Para isso, é preciso iniciar as discussões nas fábricas e organizar os comandos de mobilização. Estes

comandos devem ser os impulsores de uma campanha de luta, que tenha como centro as necessidades reais dos operários têxteis e que unifique o conjunto da classe.

Chegou a hora companheiros. Não nos deixemos contaminar por essa política imobilista dos sangue-sugas da Força Sindical e dos come-dorme do nosso sindicato. É necessário arrancá-los do caminho para que nossa luta seja vitoriosa.

Bolívia

Cresce a Corrente Revolucionária

Primeiro no Congresso Camponês de Sucre, depois no Siglo XX e agora na reunião departamental de La Paz, as bases se levantaram contra os dirigentes burocratizados, corrompidos e mercenários a serviço dos poderosos, a fim de chutá-los e cuspir-lhes no rosto.

Quando os camponeses autênticos se levantam é como se se incorporassem a terra em busca de liberdade, como se as montanhas, o vento, enfim, a própria natureza se pusesse de pé para acabar com a velha ordem social que se tornou insuperável.

No plano sindical essa rebelião aparece como a insurgência dos analfabetos, dos escravizados, contra o alfabeto dos opressores e seus lacaios. Tomam por assalto as direções sindicais, os regulamentos, as mentiras montadas para seduzir os de baixo; estes rebelados agarram das mechas dos sem-vergonhas e abaixam as calças para chutá-los.

Quando isso se sucede quer dizer que a radicalização da luta dos verdadeiros camponeses avança incontrolavelmente, em busca de soldar-se com a arremetida que se dá nas cidades, encarnada no proletariado, a classe revolucionária capaz de acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção e de todo o edifício ideológico, legal, estatal que tem sido criado para chupar o suor e o sangue dos explorados e oprimidos em geral.

É sugestivo, e não inexplicável que tudo isto ocorra quando nas minas, nas fábricas, nas universidades, no seio do magistério se dá o levante, a radicalização da maioria nacional contra a burguesia-imperialismo e "seu" governo.

Conclui-se que tudo isto indica que estamos marchando para a batalha decisiva e que o momento em que os oprimidos e explorados se convertam em governo, isto é, conquistem sua liberdade, se aproxima com rapidez.

Plataforma de luta da grande mobilização popular

Já começa o grande levante popular contra o governo burguês antinacional. Sua plataforma central:

- Salário mínimo real (conforme a cesta básica familiar) com escala móvel referente ao preço das mercadorias e que alcance aos uniformizados da polícia e das forças armadas;

- Liberdade de cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca;

- Arrancar as minas das mãos do governo da burguesia entreguista e servente do imperialismo. Defender YPFB, ENTEL e todas as empresas estatais;

- Impor a lei que autorize o trabalho manual na produção. A escola deve permitir conhecer a realidade. Defesa da universidade e escola estatais e gratuitas. Ilegalizar a educação privada;

- Autodeterminação (constituição em Estados soberanos) das nações nativas subjugadas;

- Ganhar politicamente para o programa da revolução proletária o melhor das forças armadas e da polícia;

- Armamento dos trabalhadores;

- Potencializar o esgotamento das ilusões democráticas nas massas;

- Afirmar e potenciar os órgãos de poder populares;

- Os que sofrem extrema miséria não devem pagar impostos nem a dívida externa, que nunca autorizaram contrair. Que paguem os ricos!

1994:

Ano convulsivo

Vivemos uma situação revolucionária, que se caracteriza pelos deslocamentos e lutas de grandes setores das massas oprimidas e exploradas, isto violentando o ordenamento jurídico, usando o caminho da ação direta e lançando contra o governo "constitucional". Trata-se de uma agudização da luta de classes.

O agravamento da miséria, a acentuação da tendência de descrédito popular nas ilusões democráticas tradicionais, a precipitação de conflitos sociais das mais diversas natureza, permitem adiantar que não tardará em aparecer o levante dos bolivianos, da maior parte deles, contra o governo burguês empresarial, que mostra os rastros inconfundíveis de antinacional e antipopular.

Esta nova investida partirá do nível alcançado pelas últimas ações de massas e com segurança se projetará para frente. Desta maneira, se colocará a possibilidade (dizemos a possibilidade e não fatalidade) de um movimento insurrecional capaz de sepultar os serventes do imperialismo.

Por isso mesmo, em 1994 será o partido que encarna a política revolucionária do proletariado chamado a jogar um papel decisivo.

(Extraído do Massas boliviano n. 1365)

Movimento Operário



Frente Revolucionária

O levante armado de Chiapas

No dia 1 de janeiro de 1994, a farsa burguesa que propagandeia um México equilibrado, estável, em franco desenvolvimento econômico e voltado para a solução da pobreza caiu por terra com o levante armado no estado de Chiapas, sul do país. O desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ocupou 7 cidades e povoados desta região marcada pela nacionalidade índia, pobreza extrema dos camponeses e opressão violenta de um punhado de latifundiários.

O governo Salinas, imediatamente, para conter o movimento Zapatista, lançou 12 mil soldados de posse das armas mais modernas. Foi preciso desfechar um massacre ao estilo mais sangrento, como o do fuzilamento covarde de guerrilheiros aprisionados. Pouco dias depois, na capital mexicana, ocorria uma grande manifestação de massa exigindo a suspensão do massacre.

O governo do pró-imperialista Partido Revolucionário Institucional (PRI), corrompido até a medula e que dirige o México há 5 décadas, estremeceu-se com a crise política aberta logo após a assinatura do acordo NAFTA, imposto pelos Estados Unidos. Em pouco tempo, Salinas admitiu a exigência dos guerrilheiros de retirar as tropas das cidades ocupadas, para abrir negociações.

Os Zapatistas parecem que não têm condições de sustentar uma luta prolongada contra o bem aparelhado exército. A vitória armada depende de um levante das massas, dirigidas pelo proletariado para tomar o poder. Os Zapatistas, no entanto, não têm essa penetração e não constituem num partido da Revolução Proletária.

O problema está em que a manutenção do choque armado, agora nas selvas, implicará num maior massacre ainda. Ocorre que a crise social no México e a necessidade da burguesia aprofundar a política neoliberal, de acordo com a NAFTA, tendem a agudizar a luta de classes e com isso acelerar a crise do Estado, até agora mascarada pelo governo. A retirada do exército e a formação de uma comissão de negociação objetivam atrair os Zapatistas para o campo da legalidade burguesa e para sua quebra política, como ocorreu com outros movimentos armados desvinculados do proletariado na América Latina.

As raízes do levante

O México tem sido tomado pelos governos latino-americanos como modelo de solução do atraso e da crise capitalista, que arrasa os países semicoloniais. Esta imagem tem sido divulgada amplamente pelo imperialismo, que dita diretamente a política neoliberal para o governo mexicano.

O presidente Salinas, eleito em agosto de 1991, pôs em marcha a direttriz de total submissão aos Estados Unidos. Logo no início de seu mandato, impôs um pacto-social, que contou com a colaboração dos sindicatos controlados pelo PRI, cujo conteúdo básico foi o de congelar os salários e promover a recessão, ou seja, aumentar o desemprego.

O seu plano constou da renegociação da dívida externa no modelo exigido pelo chamado Plano Brady, que simplesmente expropriou mais riquezas do país. A privatização tornou-se no principal instrumento de entreguismo. Aceleradamente, privatizou 750 estatais, das 1155 existentes. E permitiu a entrada de capital estrangeiro em setores da economia até então protegidos pelo Estado. Neste processo, facilitou as multinacionais, chamadas de maquiladoras, localizadas na fronteira com os Estados Unidos, que se aproveitam do baixíssimo valor da mão de obra operária.

O eixo da política neoliberal é o de combinar a alta produtividade com os baixos salários, que resulta numa extraordinária exploração do trabalho (extração da mais-valia). Enquanto tal direttriz favorece as multinacionais, os operários se empobrecem cada vez mais e uma parcela cada vez maior é lançada no desemprego crônico. Não é por acaso que, dos 86 milhões de mexicanos, em 1991, 40% viviam na extrema pobreza.

Somente na capital se estima a carência de 1 milhão de moradias. Entre 1989 e 1991, foram destruídos cerca de 1,4 milhões de empregos. O salário mínimo de 3 dólares por dia, em 1991, perdeu 76% do seu valor

comparado a 1990. É claro que o imperialismo norte-americano tem interesse em anexar o México através do NAFTA, quando se verifica que o salário médio de 1 trabalhador deste país não passa de um oitavo do que ganha o operário norte-americano.

O neoliberalismo aplicado no país de economia atrasada e semicolonial acelera o processo de concentração de riqueza e de miséria. Dados da própria ONU indicam que os 10% mais ricos dos mexicanos passaram a concentrar mais riqueza ainda sob o governo de Salinas e os 10% mais pobres mergulharam mais ainda na miséria absoluta. Na verdade, os 10% mais ricos ficam com praticamente quase tudo. Por isso, as regiões mais atrasadas, como o sul do país, marcado pela presença camponesa e indígena, sofrem redobrado o peso da opressão capitalista.

O levantante Zapatista foi um grito contra o NAFTA, portanto, de caráter antiimperialista. Os camponeses, não aceitam que se quebre ainda mais suas condições de produção e existência. Com justiça, rezeiam que a abertura pró-imperialista do NAFTA levará à quebra do plantio do milho, que poderá ser importado dos Estados Unidos.

Como vemos, o neoliberalismo de Salinas sacrifica em grande escala a população trabalhadora mexicana, desde os operários, camponeses pobres até a classe média arruinada. A lei capitalista de concentração de riquezas nas mãos da minoria e aumento da miséria para a maioria é incentivada pela capitulação pró-imperialista da burguesia mexicana.

O movimento armado Zapatista, isolado do proletariado e carente da estratégia da revolução e ditadura proletárias, não pode vencer o governo e derrotar a ofensiva imperialista. O México, como quase na totalidade dos países, carece do partido operário revolucionário. A experiência Zapatista terá grande importância no desenvolvimento da crise política mexicana e será significativa para a militância colocar como problema estratégico a construção do partido internacionalista. Trata-se de denunciar internacionalmente o massacre militar desfechado por Salinas contra os Zapatistas e a população. Defender as reivindicações das massas oprimidas e organizar a luta antiimperialista e anticapitalista.

Abaixo o governo pró-imperialista de Salinas!

Pelo fim do acordo reacionário do NAFTA!

Pelo fim do massacre de Chiapas!
Pelo atendimento das reivindicações dos camponeses chiapanecos!

Pelo fim da opressão nacional e social à nacionalidade índia!

